

A inflação e o desenvolvimento

Nelson da Matta

O atual quadro da economia brasileira caracteriza um momento de transição para uma nova realidade. Para enfrentá-la é fundamental a criação de uma consciência política nacional, através da qual se consolidará de maneira efetiva a abertura democrática, de acordo com os Ideais de uma Sociedade aberta, eficiente, competitiva e humana.

Não há dúvida que vivemos um momento em que as distorções do passado, de raízes até históricas, se conjugaram com os problemas conjunturais de curto prazo, de cunho mundial, tornando particularmente difícil a formulação de propostas destinadas a balizar o novo desenvolvimento.

Existe, contudo, um ponto comum à análise de toda e qualquer alternativa daquele desenvolvimento: a redução da taxa de inflação a níveis compatíveis com as aspirações da Sociedade. Essa é a pré-condição para a viabilização da economia de mercado no País.

A inflação é um tributo perverso que não beneficia a ninguém. Ao contrário, ela se encarrega de distorcer a formação de preços e faz crescer a incerteza sobre o futuro, inibindo tanto o empresário como o consumidor. E o seu principal preço é a carência de empregos futuros, que está diretamente vinculada às decisões de investimentos, corretos ou não, que estarão sendo feitos hoje.

E para que esses empregos continuem a existir, de forma progressiva, os sacrifícios de hoje devem ser igualmente distribuídos por toda a Sociedade, que precisa — acima de posições pessoais ou de grupos — ser solidária com as iniciativas governamentais que busquem o equacionamento dos problemas sociais e econômicos.

Já se disse que o maior desafio dessa década será a erradicação da miséria no Brasil. A resposta a esse desafio não está na adoção de medidas de cunho paternalista, fora da realidade vivida pelo País. Aí tre por que o ganho nominal de hoje não resistirá à frustração do amanhã.

Importante também é que o elo entre o sacrifício presente e a recompensa futura — base de toda a economia de mercado — não corre o risco de ser rompido. E para isso entendemos que o financiamento do novo desenvolvimento somente será obtido com a redução dos desbalanceamentos financeiros e com uma visão de retorno eficiente e rápido dos capitais, dentro de uma prospectiva de capital privado, para que possamos ter os recursos necessários à ampliação do mercado e dos empregos.

Já temos como base que nossa economia é crescente em função das obras já realizadas, do potencial humano e dos recursos naturais existentes. Agora, com o objetivo da estabilidade da taxa de inflação, considera-se que a determinação de planos globais de investimento, compatíveis com a disponibilidade efetiva de recursos, deve ser orientada para setores imunes aos choques externos e que sejam grandes geradores de empregos.

O Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo — SBPE — se ajusta plenamente a esse perfil e tem consciência de suas responsabilidades, na construção do novo desenvolvimento.

Mais do que isso, já se prepara para ele, procurando identificar caminhos efetivos de atuação a partir de duas linhas mestras.

A primeira é a identificação de mecanismos que atendam mais prontamente à marcante diversidade e complexidade da economia brasileira, com as peculiaridades que lhes são inerentes, em suas diversas regiões.

Para tanto, o SBPE conta com seus 96 Agentes Financeiros — e 10 mil pontos de captação de poupança em todo o País — que podem atuar mais ativamente para a solução dos problemas localizados, colaborando na redução dos desequilíbrios regionais e de distribuição de renda.

A outra é a definição de medidas de apoio à fixação do homem à sua Terra. O que se vê é um crescente contingente expulso do campo e que vai para as cidades, perdendo até a identidade (deixa de ser lavrador, não chegando a ser cidadão), com a consequente inchação das cidades.

Nesse sentido, o SBPE pode, num processo conjugado com os setores da poupança compulsória, atuar de forma mais eficaz com vista à superação desse problema, que estimula a violência urbana.

Mas, na base de todo o ajustamento à nova realidade, o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo considera o combate à inflação como premissa indiscutível. Como disse o Presidente Figueiredo, é preciso frear o carro, com a colaboração de toda a sociedade.

Só assim poderemos caminhar para a Era da Certeza.

Economista, diretor do Banorte Crédito Imobiliário e presidente da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança — Abecip